



Associação Portuguesa de Ética Empresarial



Sustentabilidade é Competitividade

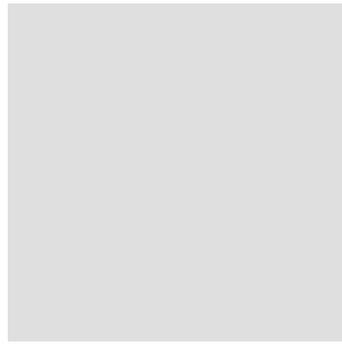
Instrumentos e recursos desenvolvidos no âmbito do projeto PME Sustentável para apoiar as PME na resposta aos desafios da Sustentabilidade, potenciar o seu desempenho na economia verde e fortalecer relações com a cadeia de valor.

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional



A APEE

Missão e Atividades

A Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) foi fundada em 2002 com o objetivo de promover o desenvolvimento da ética nas organizações, com plena integração no seu modelo de governação e nas suas práticas de gestão e, conseqüentemente, no seu meio envolvente.

MISSÃO

Promover a Ética e a Responsabilidade Social nas empresas e outras organizações, de modo a estimular a correspondente definição e implementação de políticas e modelos de governo organizacional visando o acréscimo de competitividade e rentabilidade através de boas práticas de

gestão no quadro da sustentabilidade humana, ambiental e económica do modelo de desenvolvimento adotado.

A APEE desenvolve a sua atividade em seis áreas:

- Normalização Nacional e Internacional
- Projetos & Recursos
- *Host Organization* do United Nations Global Compact
- Capacitação e Sensibilização
- Conhecimento & *Networking*
- Reconhecimento de Práticas de Ética e Sustentabilidade



1_NORMALIZAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL

As normas são uma forma voluntária e acessível de promover, nas organizações, a integração de conhecimento e de proporcionar informação certificada sobre a sua forma de funcionamento, quer a públicos locais quer à cadeia de valor internacional.

Num mundo globalizado, as normas são um instrumento global de grande eficácia.

Por isso, a APEE solicitou e obteve do Instituto Português da Qualidade o estatuto de Organismo de Normalização Setorial para os domínios da ética e da responsabilidade social, tendo já coordenado a elaboração de normas portuguesas neste domínio, efetuado a transposição de normas internacionais para o Sistema de Normalização Nacional e assegurado a participação portuguesa, através da Coordenação da Delegação Nacional, aos Comités da ISO.

Normalização Nacional

Em termos de normalização nacional, a APEE desenvolveu, através das Comissões Técnicas que coordena, normas nos seguintes domínios:

- Conceção de códigos de ética
- Ética nas organizações
- Organizações Familiarmente Responsáveis
- Conciliação trabalho, família e vida pessoal
- Sistema de Gestão da Responsabilidade Social

Normalização Internacional

A normalização internacional concretiza-se a dois níveis:

A transposição de normas internacionais, como por exemplo:

- ISO 26000 Linhas de Orientação da Responsabilidade Social
- Compras Sustentáveis

Assegurar a participação de Portugal em processos de desenvolvimento de novas normas internacionais, coordenando a Delegação Portuguesa, de que são exemplo a norma ISO 26000 no domínio da responsabilidade social e, mais recentemente, no domínio da sustentabilidade com as futuras normas de economia circular e finanças sustentáveis.



2_PROJETOS & RECURSOS



Uma das formas de apoiar as organizações na incorporação dos conceitos associados à ética e à sustentabilidade é o desenvolvimento de recursos e de projetos.

Mais do que dar a conhecer, faz parte da missão da APEE apoiar a transição das organizações, quer para modelos de gestão mais transparentes em que a ética se constitui como um pilar fundamental, quer para a definição e implementação de estratégias que resultem em modelos de negócio mais sustentáveis e alinhados com as prioridades da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Projetos

Os projetos desenvolvidos pela APEE centram-se nas suas áreas de intervenção e visam fundamentalmente apoiar PME e outras organizações na aquisição de conhecimentos e competências, através da capacitação na realização de diagnósticos organizacionais e desenho de planos de ação através de programas de formação-ação ou consultoria que permitam às organizações alvo alcançar modelos de gestão mais sustentáveis.



Recursos

Os recursos desenvolvidos visam dar suporte às empresas e outras organizações na implementação de conceitos, metodologias e práticas relacionadas com as áreas de atuação da APEE.



+ 3_HOST ORGANIZATION DO UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT

Lançada em 2000, *United Nations Global Compact* (UNGC) é uma iniciativa do Secretário-Geral das Nações Unidas e, atualmente, a maior iniciativa de sustentabilidade do mundo que faz um apelo às empresas para alinhar estratégias e operações com os seus 10 Princípios nos domínios dos Direitos Humanos, Práticas Laborais, Ambiente e Anticorrupção e com a Agenda 2030 da ONU para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Atualmente com mais de 9,900 empresas e 3,000 organizações aderentes, estando presente em mais de 160 países e com mais de 70 redes locais, o UNGC advoga que empresas e organizações em qualquer região do mundo e de qualquer setor de atividade podem contribuir para melhorar o mundo.

À escala global o UN GLOBAL COMPACT organiza-se em redes locais.

GLOBAL COMPACT NETWORK PORTUGAL (GCNP) é a designação adotada pela rede de subscritores desta iniciativa com sede ou operações em Portugal, desde 2007.

As empresas e organizações enfrentam desafios únicos no mercado para operar com responsabilidade e dispõem de diferentes oportunidades para causar um impacto positivo. As organizações com operações e cadeias de abastecimento globais necessitam de olhar para a sustentabilidade localmente, assim como compreender e abordar as condições, desafios e oportunidades desses mesmos locais.

A GCNP promove os Dez Princípios e a Agenda 2030 da ONU a nível nacional, ajudando a compreender o que significa

um negócio ou atividade responsável dentro de diferentes contextos nacionais, culturais e linguísticos e orientando o alcance, a aprendizagem, o diálogo político, a ação coletiva e as parcerias.

A GCNP apoia as organizações a estabelecer ligações com outras entidades e partes interessadas da sociedade civil, do governo e da academia, facultando orientação à medida que colocam em prática os seus compromissos de sustentabilidade.

A GCNP dispõe, ainda, de iniciativas para as organizações que têm sede ou que operam em Portugal, como é o caso da ALIANÇA ODS PORTUGAL.



**ALIANÇA
OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL PORTUGAL**

A ALIANÇA ODS PORTUGAL nasce na sequência do ODS 17: criar oportunidades de diálogo *multistakeholder*, de modo a proporcionar às empresas uma melhor visão das expectativas das suas partes interessadas. O modelo *multistakeholder* da ALIANÇA permite, ainda, incentivar organizações empresariais, mas também de outros setores da sociedade, a juntar-se à rede de modo a potenciar o contributo de Portugal e a concretizar de forma mais eficaz o desígnio “Making Global Goals Local Business”.



4_CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO



A APEE desenvolve e incentiva ações de sensibilização, capacitação e formação no âmbito da Agenda 2030 das Nações Unidas, nos temas chave da APEE, como ética das organizações, responsabilidade social e sustentabilidade, e em temas específicos como igualdade de género e conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal.

Em 2019, a APEE foi parceira da Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade no Programa 3 em Linha para a implementação do Pacto para a Conciliação, que visa implementar um Sistema de Gestão da Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal pela norma NP 4552, elaborada no âmbito do Organismo de Normalização Setorial APEE.



5_CONHECIMENTO & NETWORKING

Acesso privilegiado a seminários e conferências que promovem, divulgam e debatem a implementação da Ética, da Responsabilidade Social e da Sustentabilidade nas organizações portuguesas, enquanto entidade promotora e/ou coorganizadora.

A APEE promove, ainda, anualmente a **Semana da Responsabilidade Social**, que integra um conjunto de seminários coorganizados com múltiplas entidades e uma conferência internacional dedicada a um tema específico.

SEMANA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL®





6_RECONHECIMENTO DE PRÁTICAS DE RS E SUSTENTABILIDADE

Como forma de reconhecer e promover conhecimento e partilha de boas práticas, a APEE lançou em 2015 o Reconhecimento de Práticas em Responsabilidade Social, que, em 2018, se alargou à Sustentabilidade.



Esta iniciativa distingue organizações públicas e privadas, com e sem fins lucrativos, pelas práticas desenvolvidas no âmbito da RS e da Sustentabilidade.

Até 2019, inclusive, candidataram-se a esta iniciativa mais de 100 organizações e mais de 150 práticas no âmbito da ética, responsabilidade social e sustentabilidade.



PME SUSTENTÁVEL

Instrumentos de transição para a economia verde

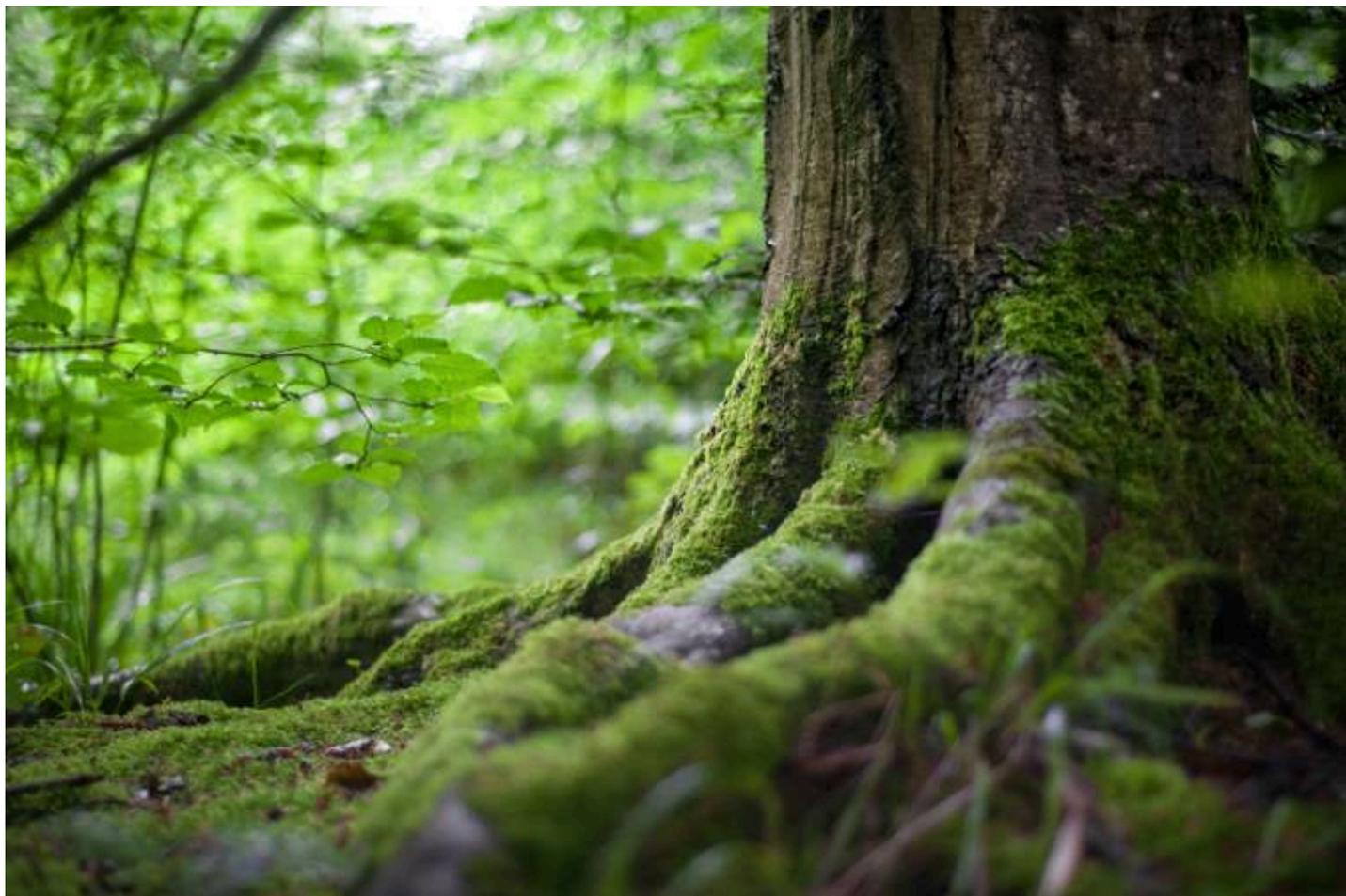
Esta brochura apresenta um conjunto de instrumentos desenvolvidos pela APEE para dar suporte às empresas de pequena e média dimensão, capacitando-as para responder aos desafios decorrentes da Diretiva 2014/95/UE sobre o relato de informação não financeira e enquanto fornecedoras/parceiras de Grandes Empresas, potenciando a economia verde e uma utilização mais eficiente dos recursos naturais.

Tradicionalmente, as PME não publicam relatórios de desempenho sobre questões sociais, ambientais ou mesmo financeiras e esta Diretiva, embora dirigida às grandes empresas, vem pressionar as PME que constam da sua cadeia de abastecimento a providenciar informação sobre os seus impactes e o seu desempenho.

A Diretiva aplica-se, assim, indiretamente às PME, uma vez que reconhece que os riscos das grandes empresas podem advir, também, das cadeias de abastecimento e de subcontratação da empresa, sendo exigido que a demonstração financeira anual inclua também informação sobre os processos de

Diligência que foram realizados às cadeias de abastecimento e de subcontratação, ou seja, aos seus fornecedores. Uma vez que as grandes empresas têm centenas, ou mesmo milhares, de PME como fornecedoras, esta Diretiva será também sentida por micro e pequenas empresas. Adicionalmente, a Estratégia Europeia 2020, bem como as estratégias para a economia circular e a biodiversidade, assim como toda a política ambiental europeia, traz um conjunto de pressões que serão também sentidas pelas PME. Assim, este projeto foi também uma oportunidade para manter e aumentar os níveis de competitividade das PME.

Em seguida, apresentamos um breve enquadramento para cada tema abordado no âmbito do projeto e que se enquadram no âmbito do desenvolvimento sustentável, bem como os instrumentos que foram desenvolvidos e que estão disponíveis para apoiar as empresas na sua transição para a economia verde.





PORTAL PME SUSTENTÁVEL

O portal que liga as empresas através dos desafios da sustentabilidade



Base de Dados PME e Grandes Empresas

Registo e pesquisa de empresas, respetivas práticas de sustentabilidade e respetivos referenciais normativos adotados.



Instrumentos

para desenvolvimento de práticas e mecanismos de reporte de informação não financeira: *template* de relatório de informação não financeira e indicadores base, calculadora de CO2, autodiagnósticos organizacionais para a economia verde e a responsabilidade social



Recursos e Conhecimento

para capacitar as empresas para lidar com os desafios da sustentabilidade: estudos, artigos, documentação de referência, Seminários “Sustentabilidade é Competitividade” e Ciclo de Seminários Economia Verde e Desenvolvimento Sustentável. Ações de capacitação para a conceção de relatórios de informação não financeira dirigidos a PME.



Websites

Website nacional que integra os recursos e instrumentos e website internacional para promoção das PME e dos seus produtos e práticas junto das cadeias de abastecimento internacionais.

<https://smesustainablepractices.com/>

FIND COMPANIES BY THEIR PRACTICES

SOCIAL RESPONSABILITY



ORGANIZATIONAL
GOVERNMENT



HUMAN RIGHTS



LABOR PRACTICES



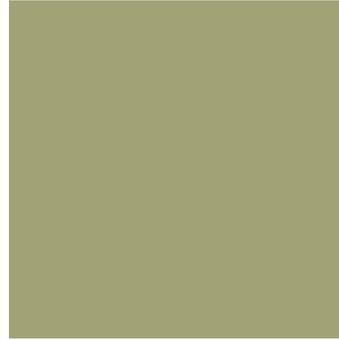
ENVIRONMENT



JUST OPERATIONAL
PRACTICES



CONSUMER RELATED
QUESTIONS



DIRETIVA

RELATO DE INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA

A Diretiva 2014/95/UE é um referencial estratégico na prossecução do objetivo da União Europeia de promover uma maior transparência das empresas na comunicação do seu desempenho ambiental e social e, de uma forma geral, na identificação do seu contributo para a sustentabilidade.

A Diretiva surge na sequência de diversos esforços que vêm sendo empreendidos no sentido de regular o reporte de informação sobre indicadores de gestão, mas que, até à publicação desta diretiva, incidia quase exclusivamente sobre a componente financeira.

Facilita também a comparabilidade da informação divulgada pelas empresas na União Europeia, criando uma coerência que serve o interesse dos acionistas e das diferentes partes interessadas, especialmente perante o crescimento do número de empresas a operar simultaneamente em mais do que um estado-membro.

É solicitado às empresas que reportem informação respeitante a (pelo menos) cinco grandes temas, designadamente:

- Governação, incluindo o combate à corrupção e ao suborno e a diversidade;
- Ambiente;
- Social, com enfoque nos colaboradores;
- Direitos humanos;
- Responsabilidade social na cadeia de abastecimento.

A informação respeitante a estes temas deve ser incluída no relatório de gestão e apresentada sob a forma de uma demonstração não financeira que expõe políticas, práticas e indicadores de desempenho. Estes elementos permitem acompanhar a implementação nesses domínios e a gestão do risco associado.

+ Estudos de Mercado Grandes Empresas e PME

O projeto iniciou-se com dois estudos, o primeiro dirigido às grandes empresas e o segundo às PME, com vista, por um lado, a aferir o grau de conhecimento destas entidades sobre a regulamentação futura neste domínio e, por outro, as perspetivas e oportunidades que decorrem da economia verde.

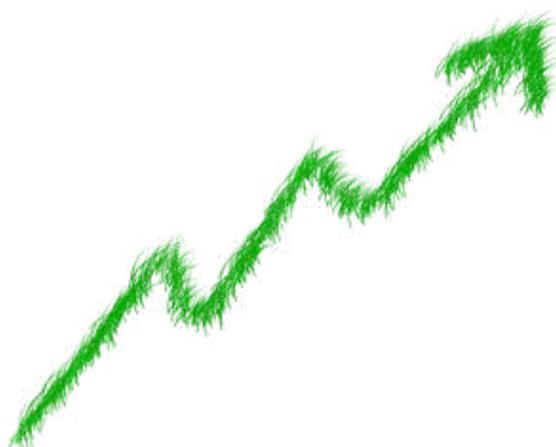
Assim, estão disponíveis dois estudos:

- Estudo sobre o grau de conhecimento e evolução do tema associado à obrigatoriedade futura do relato de informação não-financeira por parte das grandes empresas.
- Estudo sobre o grau de conhecimento que as PME têm sobre economia verde, economia circular, diretivas comunitárias associadas e reforma fiscal verde. Identificação do GAP de competências das PME.

Uma das conclusões do estudo sobre as PME, refere:

“A maioria das PME inquirida desconhece o conteúdo da diretiva 2014/95/EU e, consistentemente, também não efetua o relato de informação respeitante a indicadores não financeiros, designadamente nas áreas do ambiente, social, direitos humanos e outros. De acordo com os resultados obtidos, a percentagem de empresas que efetua relatórios desta natureza corresponde a apenas 18% do universo inquirido.”

Link:
<http://pmesustentavel.apee.pt/index.php/pt/recursos/biblioteca.html>





RELATO DE INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA

Brochura



A informação apresentada nesta brochura permite às empresas fazer uma autoavaliação em relação às práticas já implementadas nos temas visados e respetivas evidências e indicadores-chave de desempenho relevantes para a sua atividade específica.

Diretiva 2014/95/UE

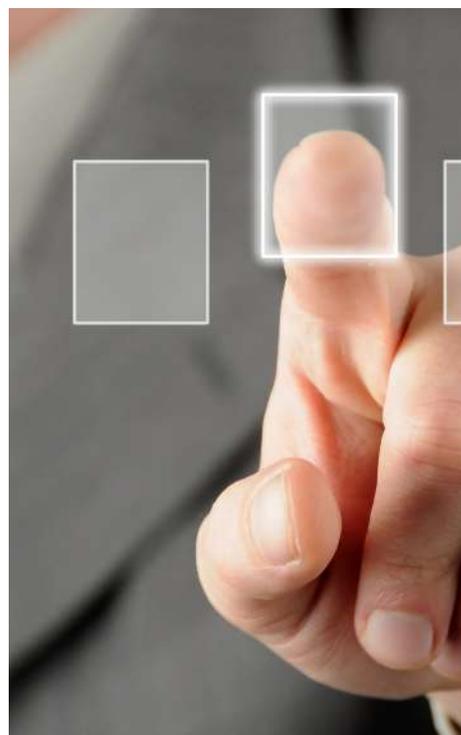
Relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas.



“A orientação internacional para o relato de informação não financeira assenta na construção de uma sociedade mais inclusiva e de uma economia mais sustentável, pelo que as sociedades exigem cada vez mais às empresas uma atuação responsável e transparente.

O relato de informação ao mercado e à sociedade partiu da necessidade das empresas demonstrarem as suas práticas laborais e a conformidade das suas operações com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Surgem os primeiros relatórios sociais que depois evoluem com as expectativas da sociedade e passam a incluir informação sobre práticas ambientais. À medida que o conceito de sustentabilidade evolui, outros temas vão sendo incluídos e chegamos aos Relatórios de Sustentabilidade como os conhecemos hoje em dia.

O relatório integrado é o modelo que valoriza o relato de informação financeira, interligando as decisões



de investimento com as opções estratégicas e operacionais e a conduta da organização.

Conteúdo da brochura

A brochura inclui um enquadramento sobre o relato de informação não financeira, propõe uma abordagem face a temas e iniciativas específicas de cariz internacional, apresenta os conceitos fundamentais e descreve o conteúdo que a diretiva sobre o relato de informação não financeira inclui como obrigatório.

Link:
<http://pmesustentavel.apee.pt/index.php/pt/recursos/como-reportar.html>



KIT REPORT

Instrumentos de apoio às PME para reportar os impactos da sua atividade no âmbito da Diretiva sobre o relato de informação não financeira.

Kit Report

O Kit Report é uma ferramenta de suporte às PME, que permite a sistematização, processamento e comunicação da informação relativa aos impactos ambientais e sociais da empresa, bem como as ações desenvolvidas nessas áreas.

O Kit é constituído pelos seguintes elementos:

- Calculadora das emissões diretas e indiretas de CO2
- Manual explicativo da ferramenta de cálculo das emissões de CO2
- Manual de suporte à elaboração do relatório de informação não financeira
- Sistematização da informação não financeira a reportar

O Manual de suporte ao relato da informação não financeira, pré-estrutura o relatório e apoia as PME na criação do seu documento final. Este documento Word, para além de indicar informação relevante que a empresa deve colocar, faz também uma ligação com os ficheiros em Excel, de forma a que os dados aí trabalhados possam ser utilizados no Word de forma clara e simples.

Ferramenta de Autoavaliação ISO 26000

A ISO 26000 Linhas de Orientação para a Responsabilidade Social é a norma internacional que estabelece o estado da arte neste domínio.

Esta ferramenta permite à organização fazer um autodiagnóstico sobre o seu grau de maturidade em cada um dos temas da norma, sendo que os mesmos são comuns à diretiva sobre o relato de informação não financeira: direitos humanos, práticas laborais, ambiente, práticas operacionais justas, questões relacionadas com o consumo, envolvimento e desenvolvimento da comunidade.

Link: <http://pmesustentavel.apee.pt/index.php/pt/recursos/como-reportar.html>

Greenscan

Ferramenta de autoavaliação baseada numa aplicação *web*, que permite às organizações conhecer, de forma simples, o seu grau de maturidade no que se refere à implementação de políticas e processos alinhados com a economia verde.

As organizações que preencherem os seus dados e o questionário receberão um relatório via *e-mail* com os resultados e recomendações de ação para maximizarem as oportunidades decorrentes da economia verde.

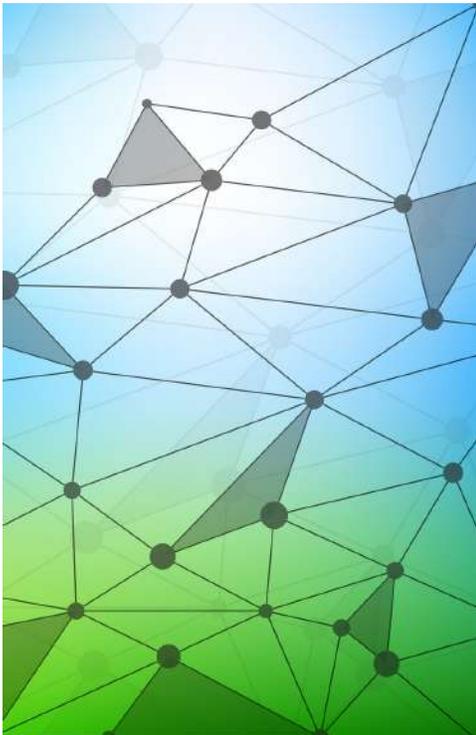
Link: <http://pmesustentavel.apee.pt/greenscan/>



+ BROCHURA ECONOMIA VERDE E INOVAÇÃO

“Economia que resulta em melhoria do bem-estar humano e da igualdade social, ao mesmo tempo que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica. É de baixo carbono, eficiente em termos de recursos e socialmente inclusiva.”

(UNEP - United Nations Environment Programme)



As questões da limitação dos recursos naturais, fontes de energia e do clima continuam por resolver, pelo que a gestão da atividade das empresas e organizações tem hoje uma responsabilidade acrescida na forma como são conduzidas as atividades.

Responsabilidades relacionadas com a redefinição de processos com vista à diminuição da incorporação de matérias-primas ou redução de resíduos, inovação ao nível dos modelos de negócio, produtos e processos de produção, distribuição e utilização final.

Existe uma nova ordem económica onde a sustentabilidade é a linha de base para a competitividade. As organizações do futuro integram as questões da gestão eficiente de recursos, a promoção da empregabilidade, o desenvolvimento económico, o combate às alterações climáticas, a eficiência energética e a eco-inovação.

Estamos a caminho de um novo modelo de economia - a economia verde – um modelo inclusivo que se baseia na partilha, circularidade, colaboração, solidariedade, resiliência, oportunidade e interdependência.

A comunidade internacional através das Nações Unidas evoluiu neste sentido e definiu orientações que os Governos nacionais adotaram e definiram as políticas e estratégias ajustadas aos seus contextos locais que permitam alcançar esta transição.

A brochura sobre Economia Verde e Inovação pretende fazer o enquadramento de conceitos como a economia verde, a eco-inovação e a economia circular e da forma como as empresas podem integrar esses conceitos na gestão da sua atividade como forma de melhorar o seu contributo para o desenvolvimento sustentável e a própria sustentabilidade do negócio, a médio e longo prazo.

A brochura identifica oportunidades concretas para as empresas que decorrem desta nova abordagem e que permitem apoiar na identificação de novas áreas de negócio, produtos e serviços, bem como exemplos práticos de empresas que já integraram estes conceitos nos seus processos de gestão.

Link para a brochura:

<http://pmesustentavel.apee.pt/index.php/pt/recursos/explorar-a-economia-verde.html>

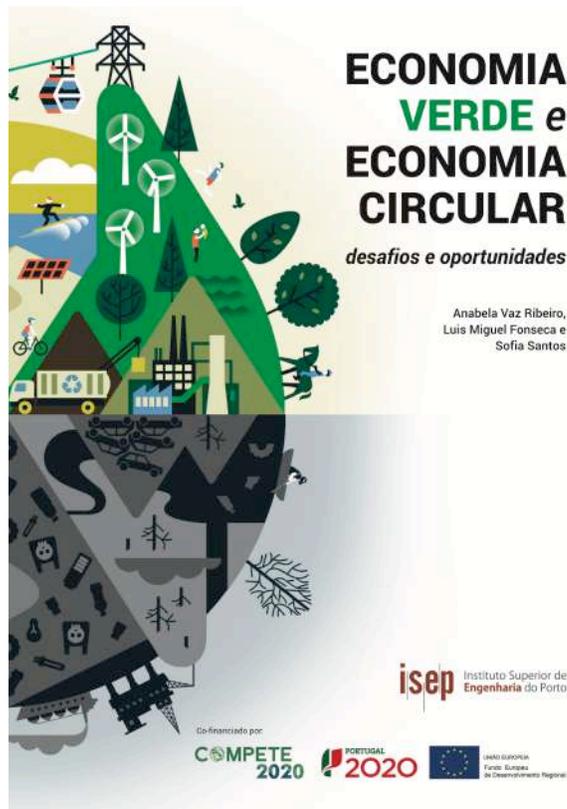
+ Economia Verde e economia circular

As economias mundiais estão sob pressão. Não apenas as economias em desenvolvimento, mas todas. Todos os países e regiões do mundo enfrentam desafios relacionados com a pobreza, assimetrias, emprego, habitação, energia, água, escassez de recursos e sustentabilidade dos ecossistemas. O que verificamos é que em determinadas regiões os níveis de crescimento económico permitem dar resposta às necessidades de emprego, mas os níveis de produção e recursos exigidos e o estilo de vida associados causam sobrecarga sobre o ambiente. Noutras regiões existem mais recursos disponíveis, menores níveis de poluição, mas o modelo económico não dá resposta às necessidades da população em termos de emprego, educação, saúde e, sobretudo, qualidade de vida e, de facto, desacelerar o crescimento económico não contribui para a solução, mas sim para o problema.

Nas últimas décadas têm sido efetuados inúmeros esforços no sentido de acordar um caminho que permita alcançar o desenvolvimento sustentável e múltiplos passos foram dados: protocolos climáticos, convenções e acordos internacionais diversos para abordar as questões climáticas percebidas como as mais prementes para o equilíbrio do planeta. Mais tarde concluiu-se que não era possível dissociar economia dos temas ambientais e da coesão social, pelo que nascem outras iniciativas que procuram alinhar as três dimensões do desenvolvimento sustentável: economia, ambiente e social.

Em Setembro de 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas chega a acordo sobre a nova agenda para a humanidade intitulada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, assente em dezassete objetivos, designados como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Agenda 2030 constitui um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, representando um acordo sem precedentes sobre como podemos transformar o mundo, tornando-o mais equilibrado, capaz de, em simultâneo, respeitar as pessoas e o planeta e promover a prosperidade e a paz através da colaboração e das parcerias.

A Agenda 2030 é assim um roteiro que pretende, a partir de janeiro de 2016, criar um novo modelo global para erradicar a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas, sob a égide de que “não podemos deixar ninguém para trás”.



“We hope that all countries will understand it’s not only the right thing to do, it’s also the smart thing to do because green economy is the economy of the future.”

António Guterres, Secretary General, United Nations

O livro introduz no primeiro capítulo o tema da economia verde e economia circular, apresentando as oportunidades que decorrem da mesma e a fiscalidade verde que se aplica às empresas. O segundo capítulo aborda a inovação nas PME, apresenta o plano europeu para financiar o crescimento sustentável e exemplos concretos de produtos alinhados com a economia verde.

isep Instituto Superior de Engenharia do Porto

P.PORTO

ESTUDOS FATORES CRÍTICOS DE COMPETITIVIDADE PRODUTOS VERDES E POTENCIAIS MERCADOS PARA OS SETORES EXPORTADORES



Estudo sobre os fatores críticos de competitividade para os setores exportadores portugueses ao nível da eco-inovação

Num contexto de crescente preocupação com os limites do planeta, o crescimento e desenvolvimento das empresas enfrenta desafios acrescidos que decorrem de novas exigências de investidores, clientes e consumidores, para estarem em alinhamento com as políticas e estratégias internacionais ao nível do desenvolvimento sustentável. Neste contexto, as empresas para se manterem competitivas têm que se adaptar e orientar a sua atuação rumo à sustentabilidade, o que pode ser conseguido através da Eco-Inovação. O presente relatório contextualiza a economia verde, economia circular, eco-inovação e apresenta fatores críticos de



competitividade para as empresas relativamente à eco-inovação, identificados através de revisão da literatura e da análise de casos. Apresenta, ainda, exemplos de eco-inovação na indústria transformadora, calçado, têxtil e plásticos, relacionando os mesmos com os fatores de competitividade.

O relatório apresenta também um estudo quantitativo sobre eco-inovação nos serviços, onde foi selecionado o Turismo, por ser um setor exportador de referência, que apresenta uma perspetiva integrativa das dimensões que influenciam a adoção de eco-inovação.

Link: http://pmesustentavel.apee.pt/doc/biblioteca/eca/Relatorio_Estudo_1_Fatores_Criticos.pdf

Link: http://pmesustentavel.apee.pt/doc/biblioteca/Relatorio_Estudo_2_Produtos_Verdes.pdf



Estudo sobre produtos verdes e potenciais mercados para os setores exportadores portugueses

O estudo apresenta uma visão sobre as transformações que se começam a fazer sentir na indústria portuguesa para se adaptar às tendências internacionais e à necessidade de incorporar os princípios da sustentabilidade no seu modelo de negócio. O estudo apresenta exemplos de produtos verdes produzidos em Portugal e procura responder à questão de identificação de outros potenciais produtos verdes e potenciais mercados para o setor exportador. O relatório integra ainda um estudo quantitativo sobre a pressão da procura no turismo e como esta influencia as decisões e o desempenho dos produtos.



PME

SUSTENTÁVEL



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ÉTICA EMPRESARIAL

00351 213 156 734
00351 912 549 787

www.apee.pt